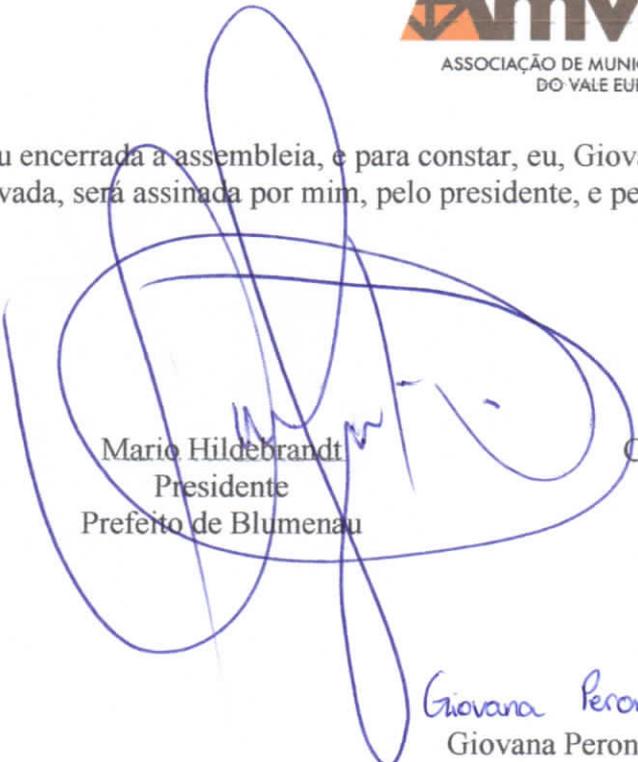


**ATA DA 510ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU – AMVE, REALIZADA NO DIA QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às 14 horas e trinta minutos, no auditório da Associação, realizou-se a quingentésima décima Assembleia Geral Ordinária da Associação de Municípios do Vale Europeu (Amve), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mario Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor Arão Josino da Silva, prefeito do município de Acurra; da senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do senhor Kleber Edson Wandall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Valmir Zirke, prefeito do município de Guabiruba; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve; além de demais interessados. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Plano 1000 - entrar como "amicus curiae" na ADIN proposta pelo MP; 3 – Viagem Técnica Alemanha; 4 – Análise para a cobrança do serviço de limpeza urbana; 5 – Esclarecimentos - Convênio SEF e municípios; 6 – Bem-estar animal; 7 – Assuntos gerais. Tratando do item um, o presidente colocou em apreciação a ata da 509ª Assembleia Geral Ordinária, pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos via correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Passando ao item dois, foi dada a palavra ao senhor Edinando Brustolin, assessor jurídico da Amve, o qual cumprimentou a todos e comentou sobre a evolução do tema das transferências especiais do Plano 1000, do Governo do Estado, com base na recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), destacando que a Procuradoria Geral do Estado se manifestou no sentido de que não há inconstitucionalidade nas transferências. Falou ainda do Decreto publicado exigindo que se firmem convênios para repasses, e propôs enfrentar os aspectos jurídicos como "amicus curiae" na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) em trânsito em nome da Amve, a fim de respaldar as posições da entidade e valorizar a eficiência do modelo adotado, a agilidade e boa aplicação dos recursos, ressaltando que não há a inconstitucionalidade alegada pelo MPSC, e que as transferências feitas pelo Governo do Estado não se igualam aos moldes daquelas feitas no Governo Federal, pois têm metodologia própria. Disse ainda que o texto já está preparado e a petição será enviada na próxima semana. Tomando a palavra, o presidente comentou sobre a importância desta ação, e também sugeriu provocar a Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM) e demais Associações do estado para que também se manifestem neste sentido. Com a palavra, o senhor Ércio Kriek também reiterou a necessidade de as entidades se mobilizarem e de o Governo do Estado se manifestar de forma definitiva acerca dos repasses, pois os municípios dependem disso para que várias obras continuem. O senhor Kleber Edson Wandall também se manifestou sobre a necessidade de manifestação da FECAM, e ressaltou que os projetos firmados devem ser mantidos. Em seguida, o senhor Arão Josino da Silva comentou que a presidente da FECAM também está cobrando o Governo do Estado neste tema, mas que levará novamente esta demanda à diretoria da instituição. Com a palavra, a senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara também demonstrou preocupação com a situação devido aos reajustes de valores já realizados nos contratos, e que os municípios não possuem recursos próprios para bancar obras de valor tão elevado. Na sequência, o presidente informou que terá reunião com o Secretário de Estado da Infraestrutura na próxima semana sobre outras demandas, e também cobrará posicionamento sobre o tema das transferências especiais do Plano 1000. Passando ao item três, fez o uso da palavra para informar que o Distrito de Karlsruhe enviou convite à Amve para que seja feita viagem técnica à Alemanha de dezoito a vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e três, a fim de conhecer iniciativas em diversas áreas e também fomentar a criação de parcerias e cidades co-irmãs. Diante disso, definiu-se que deverá ser feita uma pré-programação da agenda, verificação do interesse

51 dos prefeitos na participação, e então encaminhar as devidas providências via Associação. Passando  
52 ao item quatro, foi dada a palavra à senhora Simone Gomes Traleski, assessora de saneamento e meio  
53 ambiente da Amve, a qual abordou o resultado do estudo realizado pela Associação acerca da  
54 cobrança do serviço de limpeza urbana, lembrando o contexto jurídico do tema, e destacando que  
55 os Colegiados de Saneamento Ambiental, de Tributação e de Procuradores estiveram envolvidos  
56 nesta análise. Em seguida, apresentou as três possibilidades de cobrança verificadas, sendo elas, a  
57 instituição de uma contribuição para o serviço, efetuar a cobrança de forma conjunta desse serviço  
58 com o manejo, conforme trazido pela atualização do Marco Legal do Saneamento, e também  
59 subdividir os serviços de limpeza urbana em divisíveis e indivisíveis, onde detalhou cada opção.  
60 Destacou ainda que este estudo foi apresentado na Marcha à Brasília da Confederação Nacional de  
61 Municípios (CNM), e que se espera encaminhamento a nível nacional desta questão. Houve discussão  
62 entre os prefeitos sobre as possibilidades viáveis e a legislação atual, e a assessora da Amve reiterou  
63 que é importante aguardar que ocorra uma definição a nível nacional desta questão, a fim de dar mais  
64 segurança jurídica aos municípios. Na sequência, referente ao item cinco, ainda com a palavra, a  
65 senhora Simone Gomes Traleski comentou que todos os municípios possuem convênio firmado com  
66 a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) para emissão de notas fiscais de produtor rural e controle de  
67 arrecadação, porém vários requisitos que têm sido colocados pela SEF são inviáveis aos municípios,  
68 então estes pontos foram apresentados em reunião com o Secretário de Estado da Agricultura, da  
69 Pesca e Desenvolvimento Rural (SAR) a fim de sensibilizar para esta questão e para que ele possa  
70 intervir junto a SEF. Igualmente, solicitou autorização para enviar ofício via Amve ao Secretário de  
71 Estado da Fazenda pontuando estas dificuldades e buscando alternativas, o qual foi aprovado. Ainda  
72 com a palavra, a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da Amve informou que está sendo  
73 encaminhada a contratação de empresa para elaborar a revisão dos Planos Municipais de Saneamento  
74 Básico (PMSB) por licitação através da Agência Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu  
75 (APIS), destacando inclusive que já há cobrança do MPSC neste sentido. Também lembrou que a  
76 discussão da regionalização do saneamento não avançou no Estado, e ainda há municípios na região  
77 que estão sendo atendidos pela Casan, então há intenção de fazer estudo de cenários para a  
78 regionalização do saneamento com os 14 municípios da Amve, a fim de entender a viabilidade técnica  
79 e econômica da proposta. Este encaminhamento do estudo de regionalização não foi aprovado, pois  
80 os prefeitos informaram que há proposta semelhante através do Consórcio Intermunicipal do Médio  
81 Vale do Itajaí (CIMVI). Por fim, informou também que a Amve, em parceria com os Consórcios  
82 APIS e AGIR, receberá auditoria para confirmar o recebimento da certificação “Lixo Zero”, devido  
83 ao desvio de 93% dos resíduos sólidos gerados na sede da associação dos aterros sanitários, sendo  
84 estes encaminhados para reciclagem e compostagem. Em seguida, devido a outros compromissos  
85 urgentes agendados, o senhor Mário Hildebrandt informou sobre a necessidade de se ausentar e  
86 passou a condução dos trabalhos ao senhor Arão Josino da Silva, vice-presidente Institucional da  
87 Amve. Dando continuidade à pauta, no item seis, foi dada a palavra ao senhor Daniel Alberto  
88 Hornburg, assessor jurídico da APIS, o qual lembrou sobre a criação do Grupo de Trabalho (GT)  
89 de bem-estar animal, que se reúne mensalmente para discutir as demandas dos municípios, bem como  
90 legislação e formas de aplicação de políticas públicas na área, e destacou a necessidade de trabalhar  
91 a questão política do tema, além da questão técnica. Em seguida, foi dada a palavra à senhora Anna  
92 Julia Girardi, médica veterinária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
93 (SEMMAS) de Blumenau, a qual apresentou recomendações técnicas de ações prioritárias para o  
94 controle de animais, sendo castração, microchipagem, fiscalização, desenvolvimento da legislação de  
95 bem-estar animal, bem como ações educacionais nas escolas, exemplificando algumas ações que já  
96 são realizadas no município de Blumenau. Falou também sobre a dificuldade de manter abrigos e  
97 sobre a manutenção de animais comunitários. Comentou-se ainda sobre a importância de trabalhar  
98 essas ações a nível regional, e foi definido que deve-se realizar reunião com representantes de todos  
99 municípios acerca da estruturação de leis para esta área. Passando ao item sete, não houve  
100 manifestações de assuntos gerais. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor Arão Josino da Silva

101 declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois  
102 de aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da Amve.



Mario Hildebrandt  
Presidente  
Prefeito de Blumenau



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros  
Diretor Executivo



Giovana Peron  
Giovana Peron  
Secretária Executiva

103